ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO

MJSP – POLÍCIA FEDERAL

SERVIÇO DE COMPRAS – SECOM / DICON / CGAD / DLOG / PF

PREGÃO ELETRÔNICO 9001/2024 SRP

CÓDIGO UASG: 200334

PROCESSO PRINCIPAL Nº: 08200.023881/2023-97

O objeto da presente licitação é a aquisição de alimento completo para cães, conforme especificações, quantidades e demais condições constantes no Edital e em seus Anexos.

JP SOLUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o n° 52.228.510/0001-14, sediada na QNO 18 – Conjunto 72 – Lote 03, Ceilândia Norte (DF), CEP 72.260-872, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Antônio Jairo Pedrosa Gomes, portador da cédula de identidade 2.025.386 (SSP-DF) e CPF 885.484.061-00, vem solicitar seu direito de Recurso contra a Aceitação/Classificação da Empresa PEJOTA PET SAÚDE ANIMAL Ltda., CNPJ 19.933.130/0001-05, para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 pelos motivos a seguir.

Pois, no direito brasileiro, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que disciplina as licitações e contratos da Administração Pública, indica, no artigo 5°, na aplicação desta lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Conforme a Empresa PEJOTA PET SADE ANIMAL Ltda., está em desacordo com o Artigo 7 da Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990.

Preceitua o art. 7º, II, da lei 8.137/90, que é crime vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial. Para a configuração do delito é necessário que o fornecedor venda o produto ou, pelo menos, o exponha à venda (prateleiras, gôndolas, geladeira, catálogos, revistas, e-mail, balcão, dentre outros). Desta forma, não há que se falar em crime contra as relações de consumo se os produtos irregulares estiverem acondicionados em estoque, sem que os consumidores tenham deles tomado conhecimento.

**Assim a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 nos diz:**

Art. 11.O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

**DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO**

A empresa PEJOTA PET SAUDE ANIMAL Ltda., CNPJ 19.933.130/0001-05, foi chamada para apresentar proposta e documentações para as itens 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, assim encaminhou sua proposta, que foi aceita e habilitada pela banca julgadora.

Ao analisar a proposta feita pela empresa, notamos que a ração ofertada contém descrito na embalagem a mensagem REVENDA PROIBIDA. A ração em questão é a Royal Canin Maxi Adult AUTARQUIA, saco de 20kg, e a Royal Canin Maxi Junior AUTARQUIA, saco de 20kg.

Dessa forma, venho por meio deste informar que a Ração Royal Canin Maxi Adulto/Junior AUTARQUIA, embalagem de 20kg, não pode ser ofertada neste pregão, pois é proibida sua revenda. Ela é embalada pela fábrica para uso RESTRITO de Criadores e Veterinários, sendo proibida a comercialização / revenda dela conforme descrito na embalagem.



Todos os fabricantes de ração contém esse tipo de produto, o preço praticado nesta linha de produto é inferior ao praticado no livre mercado e sendo proibida a comercialização para proteger os comerciantes.

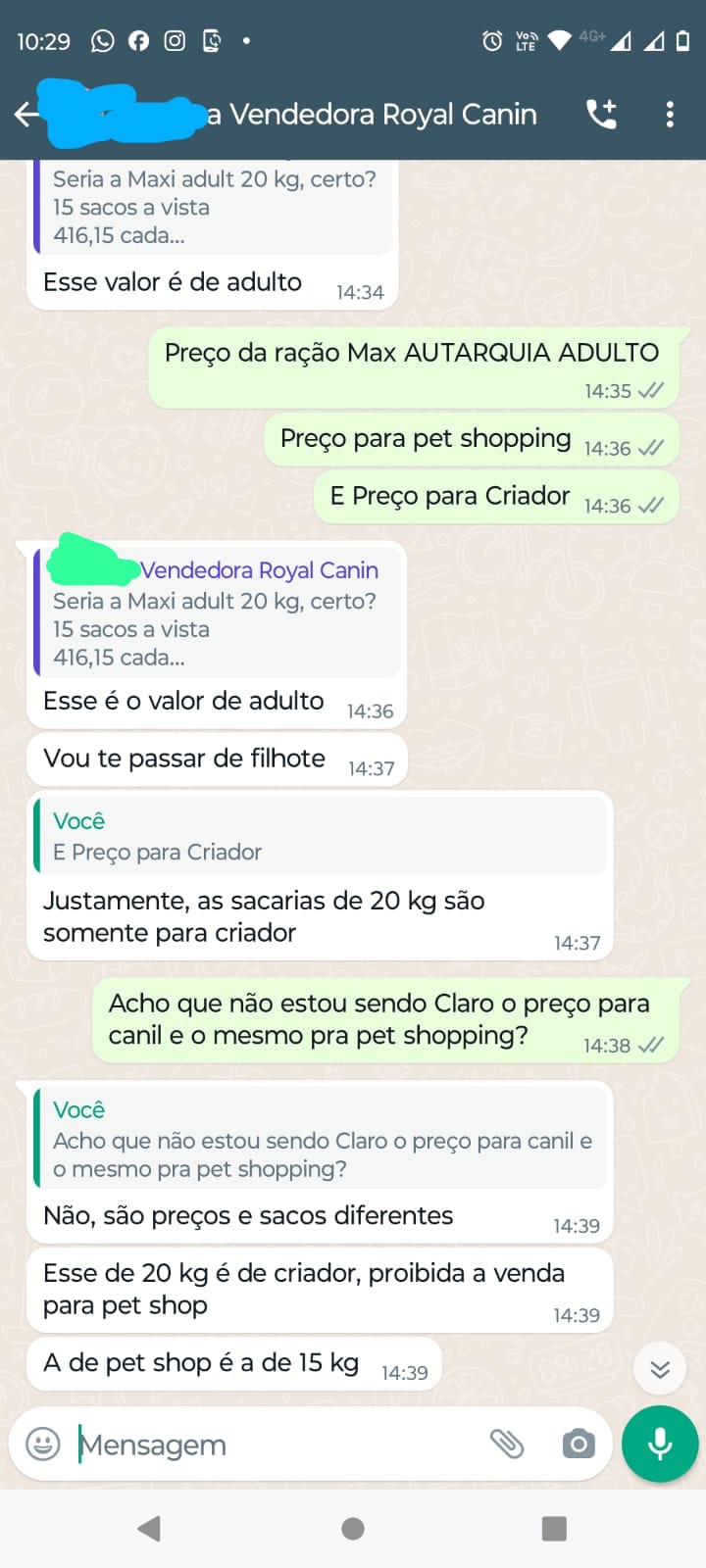
Por se tratar de uma mercadoria que é fabricada para o comércio único e exclusivo de criadores e veterinários (entenda-se canil) e que não está disponível em prateleiras de comércios, por exemplo em pet shoppings, casas agropecuárias e em outros comércios para o livre consumo, torna-se inelegível para este certame.

1. Esta ração é embalada em sacos de 20kg apenas para o mercado de criador e veterinário, sendo proibida a revenda.

2. A revenda dela incorre em crime contra o mercado, prejudicando o comércio, pois tem um desconto maior sendo embalada em saco de 20kg.

3. Para a linha de livre comércio encontrada em várias prateleiras a embalagem contém 15kg, tendo, assim, um valor mais elevado no processo de fabricação / venda.

Abaixo, segue conversa com o vendedor da Fábrica Royal Canin, na qual obtive a seguinte resposta em referência à revenda e preço da ração AUTARQUIA, saco de 20kg.



Assim, esse produto e a empresa que a ofertou neste edital estão infringindo as leis que cercam o Edital deste Pregão Eletrônico, exemplo:

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

Item 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

Item 13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**DO PEDIDO**

Diante do exposto, a empresa JP SOLUÇÕES pede a desclassificação da empresa PEJOTA PET SAUDE ANIMAL Ltda. CNPJ 19.933.130/0001-05 visto que o produto ofertado pela empresa não se encaixa nos termos editalícios por se tratar de um produto PROIBIDO PARA REVENDA, o que fere todo o certame do SRP- 9001/2024 dentre outras leis que impede este produto de entrar no livre comércio conforme supracitado.

Ao que tange o ESTUDO TECNICO PRELIMINAR 60/2023.

Pedimos esclarecimentos a Área veterinária do SECAN, e a INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Nº 31209926/2023-DICON/CGAD/DLOG/PF, SEI 31209926, de 28 de agosto de 2023.

Se a ração supracitada foi usada em seu estudo técnico para chegar aos níveis de garantia utilizados neste ETP.

Tendo visto que no item 17.2 do ETP.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima competente.

Assim tendo exposto estas demandas, a Jpsoluções aguarda as soluções que venham a caber nestes fatos supracitados.